

**Despacho n.º 17 191/2005 (2.ª série).** — De harmonia com o preceituado no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, constituo o júri do estágio para ingresso na carreira técnica superior do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, conforme concurso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 268, de 19 de Novembro de 2003:

Presidente — Dr. Arnaldo da Assunção Cadavez, inspector superior principal.

Vogais:

Dr. Daniel António Rodrigues Vilar, técnico superior de 2.ª classe, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e orientará o estágio.

Dr.ª Irene de Fátima Alves Rodrigues, inspectora principal.

Vogais suplentes:

Dr.ª Lília do Céu Pereira Condado, inspectora.

Dr. Rui Manuel Arrifana Rodrigues Pereira, delegado da IGT em Bragança.

19 de Julho de 2005. — O Inspector-Geral, *Paulo Morgado de Carvalho*.

**Despacho n.º 17 192/2005 (2.ª série).** — De harmonia com o preceituado no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, constituo o júri do estágio (serviços centrais) para ingresso na carreira técnica superior do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, conforme concurso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 268, de 19 de Novembro de 2003:

Presidente — Dr.ª Ana Paula Carvalho de Oliveira Serrano Faria Marques, chefe de divisão.

Vogais efectivos:

Dr.ª Cristina Isabel Amaro Mestre Revez, chefe de divisão, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Susana Raposo Letras da Luz e Gameiro, técnica superior de 2.ª classe.

Vogais suplentes:

Dr.ª Ana Isabel Castela Rodrigues, técnica superior de 1.ª classe.

Dr.ª Cristina Isabel Figueiredo de Almeida Marques, especialista de informática, grau 1, nível 3.

20 de Julho de 2005. — O Inspector-Geral, *Paulo Morgado de Carvalho*.

**Despacho (extracto) n.º 17 193/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 18 de Julho de 2005 do inspector-geral do Trabalho:

Maria Delfina Soares da Costa, auxiliar de acção educativa do quadro distrital de vinculação do Porto do Ministério da Educação, afecta ao Agrupamento de Escolas do Pinheiro — nomeada definitivamente, precedendo reclassificação profissional, na categoria de assistente administrativa da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, com efeitos a partir de 16 de Junho de 2005, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA, ficando exonerada da anterior categoria e quadro a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Julho de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Eduardo Minga Jerónimo*.

**Despacho (extracto) n.º 17 194/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 18 de Julho de 2005 do inspector-geral do Trabalho:

Licenciado João Manuel Morgado d'Oliveira, técnico profissional principal do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho — nomeado definitivamente, precedendo reclassificação profissional, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do mesmo quadro, com efeitos a partir de 16 de Junho de 2005, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, ficando exonerada da anterior categoria a partir

da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Julho de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Eduardo Minga Jerónimo*.

**Despacho (extracto) n.º 17 195/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 18 de Julho de 2005 do inspector-geral do Trabalho:

Licenciado Orlando Luís de Freitas, inspector técnico especialista, da carreira de inspector técnico, do quadro de pessoal do ex-IDICT — nomeado definitivamente, precedendo reclassificação profissional, na categoria de inspector principal do mesmo quadro de pessoal.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 16 de Junho de 2005, por se verificarem os pressupostos da retroactividade constantes da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Julho de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Eduardo Minga Jerónimo*.

**Despacho n.º 17 196/2005 (2.ª série).** — De harmonia com o preceituado no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, constituo o júri do estágio (Subdelegação de Penafiel) para ingresso na carreira técnica superior do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, conforme concurso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 268, de 19 de Novembro de 2003:

Presidente — Dr. António das Neves Soares Ferreira, subdelegado da IGT em Penafiel.

Vogais efectivos:

Dr.ª Susana Maria Rodrigues Duarte, delegada da IGT em Vila Real, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Paula Maria Valinhas Gomes dos Reis, inspectora, que orientará o estágio.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria Luísa Marçal Monteiro de Carvalho, inspectora.

Dr.ª Marisa de Castro Monteiro de Oliveira, inspectora.

20 de Julho de 2005. — O Inspector-Geral, *Paulo Morgado de Carvalho*.

## Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

**Deliberação n.º 1064/2005.** — O conselho directivo, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 12.º, n.º 2, do Estatuto do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., aprovado pelo Decreto-Lei n.º 247/85, de 12 de Julho, na redacção resultante do Decreto-Lei n.º 374/97, de 23 de Dezembro, 31.º do estatuto do pessoal, aprovado pela Portaria n.º 66/90, de 27 de Janeiro, e 35.º, n.º 2, do Código do Procedimento Administrativo, e sem prejuízo do direito de avocação, delibera delegar competências ao director do Departamento de Recursos Humanos, licenciado João Carlos Pereira Saraiva, para, no âmbito das atribuições que incumbem ao Departamento de Recursos Humanos, que dirige:

- Assinar a correspondência e o expediente necessários ao bom funcionamento dos serviços, em actos de gestão corrente, cumprindo as normas legais e de relacionamento interinstitucional, com excepção da correspondência e dos demais documentos destinados aos órgãos de soberania e respectivos titulares, às entidades e aos organismos internacionais, ao Provedor de Justiça, aos tribunais e às confederações patronais e sindicais;
- Autorizar compras directas de carácter urgente até ao valor de € 250 por acto, para o que disporá de um fundo permanente de € 750;
- Autorizar a prática das modalidades de horário regulamentarmente previstas, bem como de horários específicos e outros resultantes de disposições legais aplicáveis;
- Autorizar a prestação de trabalho a tempo parcial do pessoal afecto às unidades orgânicas dos serviços centrais;
- Autorizar a realização de trabalho extraordinário ou suplementar dos trabalhadores dos serviços centrais;
- Determinar a comparência dos trabalhadores às juntas médicas;
- Autorizar a realização de trabalho por turnos;
- Autorizar as deslocações em serviço no País e o abono antecipado de ajudas de custo;